

CONCEPÇÃO MULTIDIMENSIONAL DAS CLASSES SOCIAIS

Hélio Augusto de Magalhães¹

Osmira Fatima da Silva²

Grupo de Trabalho 13: Trabalho de Iniciação Científica

Resumo

Este artigo buscar evidenciar questões referentes a estratificação e classe social, numa perspectiva multidimensional, visando a entender as práticas individuais e coletivas dos sujeitos sociais que se estabelecem na vida cotidiana. Partindo, inicialmente, da concepção (neo)marxista-weberiana de classe e estratificação são abordadas questões referentes às determinações estrutural-funcionalistas de classe e seus reflexos objetivistas e subjetividades; as ações (inter)acionistas e as formas de organização, lideranças e estratégias políticas; além de articulações ligadas a modos, hábitos e estilos de vida, entre outros aspectos importantes na construção de alianças e articulações. Isso possibilita compreender a dinâmica das classes sociais e as práticas que se estabelecem nas interações sociais. O estudo evidencia, como resultado de base epistemológica, uma abordagem de síntese, pois em se tratando de classes sociais e suas respectivas práticas e concepções, é preciso, sobretudo, compreender as ‘regras do jogo social’ em suas múltiplas dimensões, as quais, determinam e orientam as ações cotidianas dos atores sociais.

Palavras-chave: Classes sociais; multidimensionalidade; interação; práticas sociais; estrutura-ação.

¹Doutorando em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa. É Jornalista da Embrapa Arroz e Feijão e atua na Área de Comunicação Organizacional - Email: helio.magalhaes@embrapa.br

²Socioeconomista da Embrapa Arroz e Feijão. Email: osmira.silva@embrapa.br – PCF: 193689501-30/ CRE 1406D(GO)

MULTIDIMENSIONAL CONCEPT OF SOCIAL CLASSES

Abstract

This article comes to evidence issues, related to social class and stratification in a multidimensional perspective, aiming to understand the individual and collective practices of social subjects, that are established in daily life. Starting with the (neo) Marxist-Weberian conception of class and stratification, the article discusses questions about the determinations of structural-functional class and its objectivist reflexes and the subjectivities of the theme; the actions (inter) shareholders and organizations forms, leadership and political strategies, besides the joints concerning to modes, habits and lifestyles, among other important aspects in building of alliances and joints. This makes possible to understand the dynamics of social classes and practices, that take place in social interactions. This study results, as epistemological basis, an approach of synthesis, because, in case of social classes and their conceptions and practices, is needed, especially, to understand the 'rules of the social game', in its multiple dimensions, which determine and guide the daily actions of social actors.

Key words: Social class; multidimensionality; interaction; social practices; structure-action.

1. Introdução

Para autores que defendem a concepção estrutural-funcionalista e neoliberal da sociedade o conceito de classe social é bastante contestado e considerado anacrônico, sendo substituído por outros, que buscam equivalência nos estatutos e normatizações que se aproxima de visões mais próximas ao pseudoweberianismo.

Outros autores, no entanto, de cariz marxista consideram as classes como referencial de medida de posse (ou não), de poderes e direitos sobre recursos, sendo a base co-explicativa nos processos de construção de identidade individual/coletiva e manifestadas em conflitos sociais.

Existe ainda, a corrente que considera o conceito de classe nas sociedades avançadas como uma simples referência externa devido às mudanças societais e organizacionais, a mobilidade social e as reformas sociais, entre outros fatores, como por exemplo, o fim das ideologias, o emburguesamento das classes trabalhadoras a uma categoria sem qualquer utilidade, tornado-se um conceito ilusório que se dissolveu no cenário atual da globalização.

Contudo, ainda na visão neomarxista e neoweberiana, o conceito de classe continua central na atualidade, principalmente no que se refere a compreensão e explicação da estrutura³ e dinâmica social das sociedades contemporâneas.

Nesse parâmetro inicialmente apontado que considera a concepção weberiana, a noção de estratificação social é entendida como disposição piramidal de diversas camadas ordenadas em posições distintas e verticalizadas desde as inferiores às superiores, diferenciando determinada população em estratos sobrepostos e compreendendo o conjunto de indivíduos e seu status ocupacional, econômico e legal. A base da estratificação reside na repartição desigual de recursos e recompensas, direitos e privilégios, responsabilidades e deveres, poder, influência e prestígio.

Já o conceito de classe social é entendido no senso comum como grupo social definível e classificável pela ocupação ou profissão, idade ou sexo, rendimento ou poder político, entre outros. Assim, de uma maneira geral, estratificação e classe social têm referência categorial com a esfera socioeconômica e distribuição desigual de recursos e recompensas.

³ O conceito de estrutura raramente é definido por muitos autores; nesse estudo, entretanto, nos baseamos em Guareschi (1992) onde argumenta que as estruturas não se referem às instituições concretas que formam a sociedade, mas às inter-relações funcionais sistemáticas dentro dessas instituições. Nesse sentido elas não devem ser confundidas com as 'relações sociais', visíveis, mas constituem um nível de realidade invisível, mas presente por trás das relações visíveis. A análise da estrutura de uma sociedade capitalista é, pois a análise da relação funcional das várias instituições, como o processo de produção de mais valia e apropriação.

Para melhor compreender as distinções e semelhanças entre essas duas abordagens, Silva (2009) considera estratificação social como metáfora geológica que reúne um conjunto de critérios, predominantemente descritivo que hierarquiza os indivíduos segundo uma escala social, de acordo com um ou vários critérios operacionalizáveis como rendimento, profissão, modo e estilo de vida, poder e estima.

E, classe social, tem alcance analítico mais teórico e dinâmico, permitindo realizar uma leitura das condições sociais, econômicas e políticas que estruturam a formação social e suas contradições nas relações de produção-exploração e dominação de uma classe sobre outras.

De uma maneira geral, uma reflexão sobre estas realidades, as problemáticas teóricas-metodológicas na abordagem estatutária ou de classe que envolve as questões sociais e suas metamorfoses nas sociedades contemporâneas, nos permite conscientizar para uma visão de síntese e pluridimensional em torno das desigualdades de classe.

Portanto, o objetivo deste artigo é evidenciar as questões relativas a diversas conceituações e visões sociais, seus reflexos no entendimento de identidade, na vida cotidiana, nas ações e articulações de possíveis caminhos de conscientizações voltadas às práticas sociais emancipatórias, inserindo-as na compreensão da visão contemporânea.

2. 2 Estratificação e classe social – variações conceptuais

No desenvolvimento de sua análise sobre estratificação social Durkheim (1977) naturalizou, a seu modo, as desigualdades sociais ao sustentar que, desde que a divisão do trabalho social não seja forçada, as desigualdades sociais exprimem de modo adequado às desigualdades naturais em consonância com as aptidões ou talentos já herdados e adquiridos pelos indivíduos. Nesta perspectiva, a estratificação social é uma realidade inevitável, cabendo aos indivíduos um processo de ajustamento e adaptação.

Dando continuidade a esta linha de raciocínio, o autor parte do pressuposto que as sociedades são constitutivas e funcionalmente diferenciadas, sendo inevitavelmente hierarquizadas e perpassadas de estratificação social na medida em que determinadas posições sociais são mais importantes que outras e, como tal, deverão ser ocupadas pelos melhores e mais aptos, atores resultantes da referida estratificação.

Os papéis atribuídos pela sociedade resultariam, assim, de quatro subsistemas com seus pré-requisitos funcionais, a saber: a) adaptação (adaptation) ao meio envolvente em termos econômicos; b) capacidade para realizar determinados objetivos (goals) designadamente pela

via do Estado; c) integração (integration) pelo direito e/ou religião; d) manutenção (datency) das variáveis-padrão através da família, escola e outras instituições, sendo este esquema conhecido por AGIL, iniciais de adaptation, goals, integration e latency (SILVA, 2009, p.42). O sistema de estratificação, nesse cenário, é aferido e está estritamente relacionado com os grupos sociais em que são estabelecidas as diversas atividades e funções através de normas, valores, padronizações e estilos de vida agregados ao estatuto profissional e na respectiva auto e heteropercepção. Portanto, pressupõe um conjunto de recompensas e rendimentos diferenciais, de acordo com a posição em que os indivíduos ocupam na escala de estratificação.

Como indicadores materiais os objetivos baseados na estratificação apontam, entre outros, aspectos relacionados à ocupação profissional, a instrução escolar, o tipo e local de residência, os estilos de vida, o poder de compra e os tipos de consumo, o tipo e o local de férias, a segurança social e, sobretudo, o rendimento. Adicionalmente, incorporam-se os indicadores simbólicos, entre eles, alguns valores como o prestígio ou a honra social referida, subjetivamente, pelos indivíduos ou pelos próprios atores sociais.

Desta forma, torna-se praticamente impossível uma organização social em base igualitária. A ordenação de estudos-papéis é, em princípio, partilhada por todos e implica uma alegada coesão social que exige por parte dos indivíduos motivação e adaptação e um relativo consenso e conformidade com as normas. E, os valores sociais comuns, onde a estrutura normativa constrangente estaria em consonância com o controle punitivo sobre as interações dos indivíduos e, praticamente, de forma 'natural'. Partindo desse princípio, a coesão e a harmonia social, nesse universo, exigem por parte dos indivíduos uma relativa conformidade com as normas e os valores vigentes na sociedade, ou seja, os que cumprem e correspondem aos padrões normativos estabelecidos são recompensados em rendimento, prestígio e poder; os que, eventualmente, transgridem e não partilham as regras estabelecidas pela organização social serão considerados casos desviantes e, como tal, deverão ser negativamente sancionados.

Em oposto ao conceito estrutural-funcionalista de base, principalmente, durkheimiana e parsoniana situa-se a teoria de classe marxista, fundamentada na concepção e luta de classes, determinada pelo conjunto binário e relacional de classes sociais antagônicas (por exemplo, patrícios e escravos no escravagismo, senhores e escravos no feudalismo, burgueses e

proletários no capitalismo) que ocupam uma posição comum perante os meios de produção num determinado modo de produção.

Nesse sistema, coloca-se em campos antagônicos as respectivas classes e cava contradições irreconciliáveis entre a classe dos trabalhadores assalariados que apenas dispõem e vendem a sua força de trabalho e a dos que controlam os meios de produção e se apropriam da mais-valia produzida por aqueles, (SILVA, 2009, p. 48).

As relações sociais aí estabelecidas resultam de uma contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação do produto e, portanto, de uma desigual apropriação dos meios de produção.

Isso trás como parâmetros deterministas, o tipo de relação bipolarizada entre as classes consolidadas assimetricamente, entre a exploração e dominação das classes dominantes sobre as exploradas e as relações de cooperação e solidariedade e entre os membros das classes exploradas e as classes dominantes.

Desta forma, as classes e as desigualdades de classe são, basicamente, definidas e analisadas a partir das estruturas econômicas, mas combinando essa dimensão, sobretudo nos referidos segmentos da classe produtiva, com as (super) estruturas políticas e ideológicas (individualismo e forte tendência para a mobilidade social ascendente). A identificação da classe produtiva nesse aspecto é orientada nem tanto a partir de relações sociais de produção, que relega o caráter relacional das classes, mas pelas influências exógenas do poderio econômico.

De acordo com Silva (Ibid) na organização social da produção a principal instância que determina os lugares estruturais 'vazios' a serem ocupados ou preenchidos pelas posições dos indivíduos, vendo estes não como componentes integrantes, mas como passivos ou simples portadores desses lugares ou funções resultantes da estrutura de classe. E, neste sentido, Silva (Ibid.), citando também Wright (1985), Burris (1998) ente outros, preferem combinar a esta visão estruturalista e unidimensional de análises sobre os processos de formação, (de/re) composição e a (des) mobilização das classes, outros elementos como os processos históricos, as práticas e os contextos culturais de classe, as sociabilidades, as experiências e as lutas vividas pelos atores sociais. Desta forma, assume-se uma visão pluridimensional através da combinação do nuclear conceito marxista de exploração com a trilogia conceitual weberiana em torno do econômico (classe), do social (status) e do político (partido).

Esta definição pluridimensional de classe vem sendo a ser sustentada cada vez mais por outros autores que procuram não encarar o modo fechado e dogmático do legado pensamento

marxista clássico, mas tentam acrescentar outras contribuições, em especial, a weberiana. As classes sociais⁴ são definidas por esses autores, não só pela natureza e pelo grau de propriedade e/ou posse dos meios de produção, mas também pela posse/não posse de outros recursos nomeadamente organizacionais com a respectiva ocupação de determinados cargos e funções de gestão ou de enquadramento nos aparelhos (re) produtivo, político e ideológico⁵, de credenciais escolares e, ainda articulados com outras variáveis, como por exemplo, em si tratando de empresas, o número de trabalhadores, acesso a oportunidades e respeito a competências na esfera organizacional, as relações de poder referentes ao seu serviço e, também, questões relacionadas a gênero, etnia ou nacionalidade.

2.1 Pressupostos para superação do binômio estrutura-ação

Segundo as exposições, de uma maneira geral, com alguns ajustes em relação à tradicional abordagem (neo) marxista-weberiana a maioria dos estudos estruturais sugere uma maior ênfase à posição objetiva de classe. No entanto, as visões centradas nas interações sociais e a abordagem pluricausal e pluridimensional entre os vários estratos ou classe, representam um notável avanço sobre definições ou explicações monocausais.

⁴ Como contra ponto, na análise crítica sobre classe, alguns teóricos consideram que as classes não cumprem mais um papel central nos discursos e diagnósticos sobre as sociedades modernas avançadas. A queda dos regimes comunistas, a ascensão do nacionalismo, a globalização e os avanços sistêmicos e tecnológicos sustentam esse diagnóstico. A classe tem a ver com a sociedade industrial e suas ideologias, e como essas sociedades não mais existem, se tornaram obsoletas as velhas concepções e ferramentas analíticas usadas para entender a sociedade moderna. Consideramos, entretanto, este posicionamento reducionista, uma vez que esta concepção limita-se a questões estruturais e de caráter sistêmico-tecnológico com seus efeitos na vida cotidiana dos indivíduos que continuam sofrendo os efeitos das diferenciações sociais.

⁵ Este tema será tratado mais amplamente no item 2.4 deste artigo, mas sobre o assunto, Poulantzas (1975) argumenta que um dos principais problemas que se levanta sobre as classes sociais se refere ao estatuto teórico do político e ideológico, pois as práticas de classe que se desenvolvem não traduzem diretamente as bases econômicas da vida cotidiana. Existe, segundo Poulantzas, uma possível conceptualização destas articulações entre o estatuto teórico do político e do ideológico referente às posições de classe. Sem cair diretamente na subordinação econômica, nunca se sabe previamente até que ponto o político e o ideológico são sobredeterminantes nas lutas de classe. Entretanto, em Wright (1981) este não é propriamente o problema das teorias das classes, limitando-se, em grande parte, na abordagem da revitalização determinista do econômico, com a sua interpretação mais institucional e técnica do funcionamento e estrutura de produção. Outro aspecto importante se refere à capacidade de ruptura de uma classe que não se concentra só através de uma ideologia, mas também pelo seu lugar estrutural capaz de gerar nova organização, que exprime sua capacidade de produzir riquezas sociais e formas diferentes de organização social. Essa capacidade, porém, não será dada automaticamente nem originariamente determinada, mas sim como resultado das práticas sociais em todas as suas dimensões: do político ao econômico, do ideológico ao cultural. Nesse sentido, torna-se imprescindível a articulação e a conceptualização do político e do ideológico (e até do cultural) como processos de reproduções do sistema social, pois não basta dizer que esses fenômenos são reflexos de condições da estrutura econômica.

Enquanto a abordagem marxista estruturalista sobre a posição de classe tende a ser algo opaco e incapaz de evidenciar o papel organizacional, interativo e, sobretudo transformacional dos sujeitos-atores e suas trajetórias, as visões (inter) acionistas tendem a esquecer o componente estrutural e sobrevalorizar o aspecto contingencial do conflito de classes e a sobrepolitizar, por vezes de modo voluntarista, as estratégias dos atores individuais ou coletivos, (SILVA, 2007, p.72).

A manutenção do dilema teórico que utiliza uma fórmula mais expressiva acionista ou (inter) acionista, acentuando os modos e estilos de vida como aspectos mais relevantes da definição e classificação das diversas classes ou estratos sociais também se aproxima do dilema teórico bourdieuiano (1980), entre a chamada 'física social' e a 'fenomenologia social' que ele classifica como 'mecânica das relações de força' e 'cibernética das relações de sentido'. Assim, é possível conhecer as condições que fazem ou não emergir a consciência de classe e as ações de classe coletiva. Conseqüentemente, os atores participam numa perspectiva sintética, combinando a posição marxista e weberiana a outros fatores, não só de ordem estrutural e objetivista, mas também contingencial e subjetivista que rebate e supera, neste sentido, a opacidade estruturalista e a semiologia classificatória de sentidos e das opiniões acríticas ou idealistas; neste sentido, respeitando diversos aspectos que interferem no cotidiano, esta concepção favorece o aspecto multidimensional das classes sociais.

Sem questionar a pertinência e as potencialidades de uma e de outra abordagem, o objetivo central desta discussão é mostrar a insuficiência das concepções estruturalistas e das visões simbólico-interacionistas. A visão estrutural-funcionalista nos remete basicamente para a consciência coletiva enquanto conjunto de normas, valores, padrões, signos e símbolos que condicionam os comportamentos dos indivíduos, limitando suas percepções, ações e demais aspectos referentes a experiências, modos e estilos de vida. Essas concepções são redutoras e inadequadas para dimensionar o universo e práticas sociais que podem ser estabelecidas.

A definição e análise de classes sugere a necessidade de superar velhos dilemas e dicotomias entre estrutura e ação e, devendo centrar as articulações mais próximas a três níveis de análise: socioestrutural, organizacional e interativa. Em suma, o nível básico que estrutura o universo organizacional e de poder, mantém influência sobre o interacional, e deste sobre o socioestrutural – que também muitas vezes é designado de societal. Nesse cenário as posições e as ações dos indivíduos, por sua vez, condicionam o nível interativo.

A abordagem multidimensional, nessa concepção, possibilita distinguir aspectos relativos a dominância e determinância econômica e, permite que algum outro fator não econômico possa, eventualmente, ser dominante o que, em última instância, não invalidaria o âmbito econômico e a dimensão estrutural.

Desse modo, na análise das desigualdades sociais, nomeadamente as de classe, importa identificar o problema e a conflituosidade da estruturação de posições sociais que se vincula, às com as condições de aparecimento e reprodução dos lugares e à perspectiva desigual de distribuição de poder e de disposição sobre recursos e recompensas.

2.2 Abordagem multidimensional de classe

Segundo as concepções já apresentadas, ou seja, a visão tradicional, de concepção estrutural-funcionalista de classe como, também, a estratificação e a classe social e a visão interacionista-simbólica, alguns parâmetros da articulação multidimensional como metodologia para compreender as classes sociais e as formas de dominação e estruturação, as interações e práticas sociais, constituem bases para a análise de classe na visão contemporânea. Tais concepções possibilitam sustentar analogia multidimensional de classe expõem não só velhos como novos e recentes conceitos no sentido da superação do dilema estrutura-ação. Assim, as fronteiras de definição e percepções das classes sociais e suas contradições antagônicas, de abordagem pluricausal e pluridimensional representam um notável avanço sobre definições ou explicações monocausais.

Apesar destas argumentações em torno da importância e da indispensabilidade funcionais nas esferas institucionais, precisamente, para determinação dos respectivos cargos ou posições sociais, que sublinham forte consenso societal e que nega ou menospreza o conflito social, sustentando como regra recorrente a circularidade da mobilidade social e que pressupõe, explícita ou implicitamente juízos de valor, conforme o comportamento dos destinatários: enquanto os conformistas tendem a ser premiados, os contestatários ou desviantes tendem a ser penalizados.

Desse modo, a incorporação de conceitos classificatórios de tipo profissional, impedem a expansão e desenvolvimento de talentos e capacidades latentes, naturalizam e legitimam as desigualdades estruturais através de concepção meritocráticas, e não questionam o próprio critério da atribuição dos méritos e das recompensas.

Com efeito, se a posição estrutural-funcionalista tende a homogeneizar certas profissões assentes em certos atributos pretensamente comuns e sobretudo a diferenciar com base em auto-representações e práticas corporativas, a posição marxista clássica tende a encarar os atores sociais como simples marionetes totalmente determinados pelas estruturas, acabando por subestimar as diferenças de enquadramento organizacional, de hábitos e estilos de vida, bem como as diversas formas latentes ou manifestas de resistência ao status quo e, em especial, no seio das organizações empresariais e/ou estatais, (SILVA, 2009, p. 90).

A abordagem estruturalista, defendida sob ângulos diferentes por diversos autores ligados ao durkeimianismo e parsianismo parte do postulado de que os atores sociais, grupos ou classes sociais ora obedecem a imperativos funcionais da sociedade, segundo o modelo estrutural-funcionalista, ora são efeitos decorrentes, em última instância, da estrutura econômica, na tradicional versão marxista. Nesta ótica, o sistema ou realidade social existe independentemente das pessoas, os indivíduos atores da sociedade e suas representações e, como tal, estão sujeitos a regularidades sociais inerentes à própria sociedade, do mesmo modo que os fenômenos físicos obedecem a uma série de leis do mundo da natureza.

Em contrapartida a esta corrente tem persistido, paralelamente, a visão acionalista e interacionista, para os quais a sociedade é vista como o resultado das (inter)ações, decisões e sentidos atribuídos consciente ou inconscientemente pelos atores sociais. Nesta perspectiva é afirmada a prioridade do indivíduo na construção do mundo social. Esta posição é analisada por Bourdieu (1984) que argumenta sobre o risco da perspectiva subjetivista de persistir, sempre que se pretenda ignorar os condicionalismos objetivos e se reduza a construção do mundo social a atos infinitesimais.

Perante a opacidade das visões estruturalistas, importa realçar a importância do acesso à verdade e ao conhecimento, sustentados pelo modelo realista e transformacional da atividade social, perpassadas pela contingência e pela variabilidade histórica, vivenciada e sustentada não só pelo avanço do conhecimento, como a contestação e a reconstrução das ações sociais. Dessa maneira, as experiências passadas funcionam como uma matriz de percepções, valores e ações na vida cotidiana presente.

Nesta perspectiva, as ações (inter) acionistas seriam úteis no sentido não só de possibilitar uma mais adequada compreensão dos estilos de vida das classes e dos grupos sociais, mas também de contribuir para identificar e co-explicar as suas práticas, trajetórias e destinos sociais. Deste modo, entende-se que, até certo ponto, além dos hábitos, os estilos de vida e padrões de consumo, bem como as representações e os valores adotados pelos indivíduos, famílias e grupos sociais na vida cotidiana, são elementos que também contribuem para

configurar as posições sociais e identidades das classes a que esses indivíduos e grupos pertencem.

No entanto, devemos lembrar que, contrariamente ao defendido nesta perspectiva interacionista, nas diferenciações dos estilos de vida e dos padrões de consumo, por si só, não substituem as clivagens de classe nas relações de produção, nem apagam a centralidade do trabalho, enquanto elementos de uma das bases nucleares da construção das identidades sociais. Em suma, as teorias da ação e sobretudo (inter) acionista, aos sublinharem a centralidade das oportunidades de vida e das (inter) ações sociais e ao considerarem as desigualdades, designadamente de classe, como simples efeitos das configurações organizacionais e das ações estratégicas dos atores individuais e coletivos, tendem a, senão eliminar, pelo menos deixar na sombra as condições estruturais da emergência e da manutenção das desigualdades sociais.

Desta forma, buscando superar o dilema estrutura-ação social a respeito do conceito de classe e da repetida artificialidade da tradicional oposição, busca-se neste estudo como pressuposto teórico-metodológico a visão de síntese, reunindo o que se designa como física social, aqui já destacado, enquanto conjunto das leis e/ou forças objetivas externas nomeadamente econômicas, e a fenomenologia ou semiologia social, enquanto feixe de modos sociais de perceber e vivenciar as diferenças sociais: "A ciência só pode avançar se fizermos comunicar teorias opostas que se constituíram uma contra as outras. E o objetivo não é operar uma síntese eclética falsa, mas possibilitar um questionamento radical que conduza à ultrapassagem da oposição chegando à raiz comum" (BOURDIEU, 1984, apud SILVA, 2009, p.94).

2.3 Identidade de classe e ação coletiva

Em sua relação evolutiva, desde tempos remotos marcados pela história o termo identidade veio sedimentado e conotado como um conceito amplo e decorrente de concepções metafísicas de raiz aristotélico-tomista, vindo a ter suas primeiras objeções e dúvidas em Descartes, depois com os embates kantinianos, passando pela desconstrução existencialista de Sartre e, por fim, do materialismo histórico e dialético de Marx e Engels (1976).

Essa concepção de 'identidade' foi se perdurando e se prolongando, sobretudo, até os anos sessenta do século passado como um conceito fabricado e projetado de modo fixista, a-

histórico e essencialista, acabou por concitar a sua rejeição por parte das teorias críticas, particularmente, do marxismo.

Wright (ibid) defende que o marxismo continua a ser hoje uma tradição vital para se entender as bases que, ainda predominam nas relações sociais, a partir de dentro da qual se torna possível produzir uma ciência social emancipatória. É preciso, no entanto, considerar também que, para poder continuar e desempenhar este papel, o marxismo tem de ser reconstruído em moldes diferentes, com especial incidência na análise de classes, que ocupa um lugar de destaque para a compreensão do desenrolar da história e o caminho da emancipação social. O objetivo da emancipação social é um pré-requisito importante, pois sem ela a análise de classe não passaria de uma mera especialidade acadêmica.

Quanto a identidade fixista, seus resquícios ainda perduram nos dias de hoje, mas verdadeiramente, a identidade tornou-se um conceito que convoca uma série de visões sobre a mesma e as contribuições que sobre ela foram sendo dadas não só por psicólogos sociais como Turner (1990) e Tajfel (1983), e também por sociólogos como Goffman (1974) e antropólogos como Barth (1969). Tajfel (1983 apud Silva, 2009, p.114) expõe como centrais quatro conceitos de identidades: diferenciação psicológica, categorização social (processo através do qual se reúnem os objetos ou acontecimentos sociais em grupos: por exemplo, "nós" e "eles" e respectivas diferenças de valor), comparação social (perspectiva que permite a ligação entre a categorização social e a identidade social) e identidade social (distinguindo esta da identidade pessoal, embora esta distinção seja susceptível de ser objeto de discussão).

Outra concepção central na identidade social é a definição cognitiva através das quais determinados indivíduos se identificam positiva ou negativamente como pertencentes a determinado grupo, classe, gênero ou etnia, baseando-se num conjunto de elementos - uns comuns, outros específicos, conforme o tipo de identidade em causa, uns salientando a similaridade, ou demarcando a diferença face ao outro.

A discussão da questão da identidade social e humana implica estabelecer o conjunto de pré-requisitos liminares para se identificar quem é pessoa humana (e desde quando) e exige convocar criticamente as diversas visões ou concepções: desde a biológico-genética, psicológica, interacionista-simbólica cultural e política (Silva, 2009, p.115).

Na linha interacionista considera-se que a própria identidade não é uma entidade escondida por detrás dos acontecimentos, mas algo que não é independente das condições sociais e históricas, bem como, das regras sociais construídas e negociadas pelos atores sociais em determinados contextos espaço-temporais mediante as suas estratégias de apresentação na

vida cotidiana. Segundo Goffman (1989) a vida é um palco onde "vestem e despem" as máscaras, as fachadas e aparências sob as quais protegem a sua identidade, ou seja, sob uma constante tensão entre o exterior e o interior da persona, a representação e a organização do eu adquirem uma notável centralidade nos papéis e, mediante a utilização de regras explícitas ou implícitas vistas como recurso na vida cotidiana, agem para criar boa impressão (fazer boa figura) e negociem a sua identidade (o seu self, face ou imagem) nas locações sociais, embora nem sempre consigam passar a boa imagem e se verifica situações de "identidade deteriorada" ou estigmatizada.

Diante destas e de outras reflexões vindas de vários autores provindos de diversos quadrantes teóricos pode-se inferir que as identidades, tanto individuais como coletivas, apesar de traços de permanência e continuidade, não são entidades fixas e imutáveis, mas processuais, dinâmicas e relacionais, significativas, incorporadas e localizadas no tempo e no espaço (reais imaginadas ou retroprojetadas).

Nesse processo que envolve também outros campos e não somente o individual, coletivo ou social, não poderia deixar de lado, os contextos organizacionais/institucionais e sociais que, como tal, podem levar a desagregação, manutenção, reprodução, reforçar ou mudar tanto em processo de dominação, como de resistência, incluindo as réplicas, as categorizações e os processos de desclassificação e rotulagem por parte de outros. Em suma, identidade, seja individual ou coletiva é também, ela própria, resultante das lutas de poder em torno da classificação e reclassificação do(s) próprio(s) indivíduo(s) e reclassificação dos demais no quadro das relações sociais.

Nesse processo de dominação e resistência, assim como de transação e negociação, importa reter e relevar, a co-estruturação das identidades por força das instituições seja na vertente de identificação do grupo, seja sobretudo pela categorização institucional de indivíduos e coletividade.

Em outras palavras, é nesse vaivém dialético entre indivíduos e instituições sociais, similaridades e diferenças que se alimentam reciprocamente e estão imbricadas nos processos dialéticos na construção social da realidade não apenas em termos simbólicos, cognitivos e culturais, mas com base na materialidade do mundo social e das próprias instituições, dimensão esta subestimada ou mesmo negligenciada por alguns teóricos sociais.

Nessa ótica, os ideólogos que sustentam a inexistência ou insustentabilidade da identidade de classe fazem eles próprios parte dessa fragmentação e, conscientemente ou não, do seu

comprometimento, orgânico ou não, na manutenção da ordem ou da perpetuação do *status quo*. A identidade nessa conjuntura parece como que adormecida ou anestesiada por força das hierarquias e divisões do mundo social instituído e caracterizado em termos organizacionais e políticos, pela divisão e alheamento ou inorganicidade, pela apatia ou indiferença, resignação ou fatalismo.

Por fim, as posições objetivas limitam, mas também possibilitam as oportunidades dos atores sociais, dependendo de que forma estão inseridos na estrutura organizacional e questões ligadas a valor e estilos de vida, entre outros aspectos. Nesse sentido, as identidades condicionam ou favorecem estratégias susceptíveis de confirmar ou reforçar processos de reprodução social na desigualdade de classe; quanto às posições dos atores no 'xadrez societal' elas não são fixas nem fixadas de uma vez por todas, mas podem se alterar através de processos organizacionais e de profissionalização, de operações ininterruptas de categorização e reclassificação, por parte dos atores sociais. Desta forma, se verifica algumas deslocções, ora em sentido ascendente, ora em sentido descendente.

2.4 Contextualidades ideológicas e vida cotidiana

A questão das ideologias, num primeiro momento, nos parece ser dispositivo, ainda ligado ao período da revolução industrial. Contudo, analisando melhor sobre suas faces e manifestações, não podemos ignorar a crescente importância dessa concepção no mundo atual.

Essa importância é percebida partindo do princípio de que a vida cotidiana vem se tornando cada vez mais 'imaterial', mais sustentada numa comunicação⁶ verbal e simbólica,

⁶ O termo comunicação é utilizado dentro dos mais variados contextos e concepções: para os naturalistas, comunicação é utilizada para designar as diferentes modalidades de interação que os seres vivos estabelecem com o meio ambiente e entre si. A psicologia social costuma designar por comunicação os processos simbólicos que os seres humanos estabelecem entre si, com vista a estabelecerem, reforçar e restabelecerem as relações interpessoais e os vínculos sociais. A sociologia das instituições utiliza o termo comunicação para designar os mecanismos que as instituições utilizam para se relacionarem com os indivíduos ou para estabelecerem entre si todo o tipo de relações estratégicas. A sociologia dos media emprega o termo comunicação para referir, ora a informação mediática, ora os dispositivos técnicos que a asseguram. Os engenheiros das telecomunicações utilizam o termo comunicação para designar os sistemas digitais de mediação de saberes e de experiências. Dentre destas variadas concepções de comunicação na sociedade moderna, ganha importância os meios de comunicação de massa. A importância fundamental dos meios de comunicação social na sociedade é, pois, que através deles que as práticas ideológicas, que se transformam em práticas culturais, são criadas e incentivadas. A grande força da mídia é conseguir tornar normal e natural (cultural) algo que antes era apenas uma possibilidade, entre várias outras, isto é, era apenas uma ideologia de um determinado grupo.

favorecendo à expansão da realidade ideológica, ambas, contraditoriamente, torna-se mais difícil transcorrer sobre essa questão de uma maneira clara e inteligível. Por isto para evitar deslizamentos indesejados, nos estudos de Guareschi (1992) buscou-se orientação sobre o assunto amenizando, desta forma, riscos em terreno tão acidentado e de difícil percalço.

Uma das decisões mais difíceis ao tratar sobre ideologia, segundo o Guareschi (ibid) é optar se ela será tratada em sua dimensão consciente ou inconsciente. Na dimensão inconsciente, seria o resultado de processos psicodinâmicos, estudados na psicanálise e outras teorias psicológicas; e na dimensão consciente, estaria reunido no conjunto de nossas crenças, valores, ideais, cognições, entre outros. Neste estudo, o que se discute sobre ideologia refere-se ao conteúdo dessa dimensão consciente, representado pelas diferentes dimensões da realidade, ou seja, o que existe/não existe; o que é bom/mau; o que é possível/impossível. A ideologia, tomada subjetivamente, faria parte de nossa 'consciência', mas ela pode ter, também, uma 'dimensão social', que corresponderia ao que é a cultura, na 'dimensão inconsciente' e, nesse caso, ela seria estudada pela psicologia social.

Guareschi (ibid) destaca que é dentro dessas três dimensões que se travam as lutas ideológicas e quem tiver o poder de definir esses três espaços terá o poder sobre todo o resto.

Essa luta se trava entre o mundo que nos rodeia (escola, família, religião, meios de comunicação, mundo do trabalho, companhias) e nossa subjetividade. Se deixarmos que outros deem as definições para nós, seremos definitivamente 'objetos' deles, seremos sujeitados a eles. Mas se nós procurarmos manter nossa autonomia, nossa capacidade de questionamento, de crítica, de luta, de insubordinação, de resistência, então poderemos ser sujeitos-atores de nosso próprio destino (GUARESCHI, 1992, p.177).

Relacionando estas concepções com o tema central deste debate sobre multidimensionalidade das classes sociais, identificamos que as ideologias representam as visões de mundo dos grupos e classes sociais que se materializam nos variados espaços da vida cotidiana. Nesse sentido, elas são múltiplas, contraditórias e historicamente constituídas por forças reais e definidoras das escolhas políticas que são realizadas pelos indivíduos e é através delas adquirem consciência da realidade, interferindo na concepção própria de mundo. Na visão gramsciniana, por exemplo, a ideologia tem papel central na análise da realidade social dos indivíduos e as articulações que se estabelecem em torno de projetos e lutas de interesses econômico-corporativos que se mantêm na sociedade fazendo com que, através desses estudos e entendimento das ideologias, poder-se-á entender melhor visão sobre os processos históricos e os reflexos nas esferas econômicas e estruturalistas, ajudando a compreender os

caminhos seguidos pelos indivíduos, grupos e classes, bem como as visões de mundo, as escolhas, práticas e ações direcionadas pelos seus respectivos representantes.

Ao descrever a questão das ideologias, a preocupação central é contribuir para a percepção que existem fatores imateriais bastantes fortes e presentes na vida cotidiana que interferem na reprodução das relações de classe, e como elas, ainda em nossos dias, constroem as relações de trabalho, implícita ou explicitamente. Partindo desse princípio, destacamos alguns aspectos importantes sobre as práticas ideológicas para que possamos melhor aprofundar e compreender a maneira como essas ideologias interferem na construção da realidade e de sujeitos aptos para atuarem numa sociedade capitalista, controlando-as através da mistificação, legitimação e da hegemonia⁷.

Desta forma, para compreender algumas das variantes que norteiam e dinamizam a concepção de classes sociais é preciso construir um olhar sobre o cotidiano em suas múltiplas faces. Quando se pesquisa sobre vida cotidiana toma-se de imediato questões ligadas às dificuldades, contradições, tensões e os problemas que lhes são impostos, exigindo uma análise coerente, com conceitos e definições significativas, mediante uma teoria coerentemente estruturada.

Curiosamente algumas correntes sociológicas interessadas na análise da vida cotidiana não têm a mesma concepção sobre o assunto, considerando o cotidiano a partir de ideias vagas, e das percepções elementares expressas pelo senso comum. Inspirados pelas abordagens fenomenológicas, a corrente etnográfica, por exemplo, defende que os métodos a serem utilizados na apreensão do real social não devam resultar de complicadas ou sofisticadas abstrações positivistas, mas sim enraizados nos detalhes empíricos, dando especial atenção aos significados subjacentes das relações sociais do mundo do sentido comum e no próprio sentido da vida cotidiana.

Para tentar compreender todas essas complexidades, contradições, rotinizações e abstrações um dos percursos da pesquisa do cotidiano se baseia como referência, no fluir de pequenos solavancos, as distrações e recuperações dos indivíduos, ou nas suspeitas e indícios; daí que uma das preocupações do observador social é a procura contínua (processos micro-macro, por

⁷ Sobre o assunto, Guareschi (1994, p.214) afirma que o mecanismo da dominação hegemônica, ao contrário das práticas dos aparelhos repressivos, a dominação burguesa na hegemonia, opera através do que ele chama por 'consenso'. Esse consenso ao sistema hegemônico é gerado através da operação dupla da marginalização dos interesses materiais e exigências normativas, de outro. Apesar de o consenso não se opor totalmente e não excluir a coerção, ele subordina e incorpora a subjetividade individual de uma maneira diversa da coerção, usando mais mecanismos de persuasão, sugestão, pressão moral, etc.

exemplo) dos imensos descontínuos que percorre e os acidentes das coisas que acontecem. Sobre esta abordagem, de acordo com Pais (1993) a análise da vida cotidiana é o significativo flutuante do real social que busca articular duas perspectivas metodológicas nem sempre facilmente conjugáveis: i) ver a sociedade em nível dos indivíduos; ii) ver como a sociedade se traduz e reflete na vida dos indivíduos.

Assim, para a análise das práticas cotidianas é fundamental fazer a articulação considerando o ator social e o sistema, tendo presente que aquele participa na criação deste e é, simultaneamente, influenciado por ele. Na procura de compreender a realidade e os fenômenos sociais que afetam a vida cotidiana, torna-se de fundamental importância se ter como referência uma abordagem de síntese, conforme anteriormente citado neste artigo, ou seja, considerar que as práticas sociais não são, ou não deveriam ser, encaradas como o resultado de regularidades já codificadas, mas que também não podem ser vistas como algo que é realizado devido a uma livre e consciente escolha dos indivíduos. Nesse sentido, as práticas sociais são produtos da interiorização de condições mais estruturais e objetivas da realidade, e outras, realçando as dimensões mais individuais e subjetivas.

A partir dessa reflexão, estão também inseridos os esquemas classificatórios das práticas que, do ponto de vista metodológico, dado o caráter relacional do objeto de estudo, faz todo o sentido se utilizar como estratégia de diferentes técnicas de recolhimento de informações e percepções. Esses dados obtidos possibilitam fazer a leitura da composição das classes em estudos, conforme nos relata Costa:

As práticas sociais são produzidas por pessoas e por grupos de pessoas. O que os agentes sociais pensam, dizem e fazem dependem em grande medida de um conjunto de propriedades sociais que os caracterizam e que os situam, uns em relação aos outros, em posições distintas, como desiguais poderes e recursos, oportunidades e disposições (1999, p.210).

Nesse contexto, o conceito de cotidiano é considerado como fio condutor do conhecimento da sociedade, onde o senso comum funciona como indicativo para identificar formas e níveis de tensões, conflitos⁸, posições ideológicas, mudanças e crises, mas trata-se sempre de um som ou de um conhecimento cujas estruturas organizativas lhes escapam. Esse debate entre classe

⁸ Em Rodrigues (2008), existe uma diversidade de referências e heterogeneidades dos sentidos que o termo conflito pode assumir: a) lutas entre seres vivos, tendo em vista a competição pela apropriação de recursos escassos disponíveis no meio ambiente; b) conflitos entre instituições tendo em vista a imposição dos seus valores e dos seus interesses; c) disputas argumentativas visando impor visões do mundo diferentes e, por vezes, antagônicas; d) formas de violência que atentam contra a integridade física ou contra o bom nome das pessoas; e) conflitos armados entre povos, culturas e entre comunidades humanas que coabitam no mesmo território.

em suas variadas dimensões ganha sentido e significado quando articulado no cotidiano, contrapondo as noções comuns com alguns conceitos teóricos, para melhor caracterizar e delimitar determinados aspectos da vida cotidiana que se afloram na investigação. O que importa nesta análise é vincular a historicidade absoluta de um ato à generalidade de uma estrutura social, ressaltando a interligação de um ato ou acontecimento individual ou interacional com uma estrutura social global.

Dentre as múltiplas realidades que se manifestam é o da vida cotidiana a que apresenta maior força e se deriva, pelo menos, de duas características fundamentais:

- a) Centra sua interrogação sobre o sujeito individual, suas relações próximas e regulares, e não sobre os grandes dispositivos sociais (agrupamentos, organizações ou sistemas);
- b) Estuda as práticas e representações através das quais esse sujeito prepara e negocia cotidianamente a sua inserção social.

Outro aspecto que também se deve considerar é que o cotidiano não é lugar apenas de realizações de atividades e de rotinas repetitivas e monótonas consideradas alienatórias; ela é também lugar de inovação, reorganização e transformação, não se constituindo apenas em retalhos e fragmentações, mas também inserido nos processos de socializações e de ritualizações.

Nesse cenário, no cotidiano estão inseridos aspectos que ultrapassam a meras trivialidades e rotinarizações, envolvendo também o excepcional, a aventura, o inesperado e o sonho de tal forma que não é possível compreender a vida social e as distintas estruturas de classe sem considerar os múltiplos aspectos que a envolve.

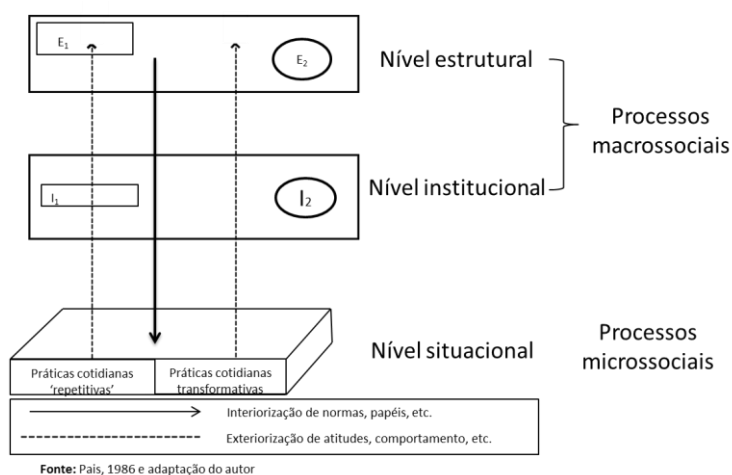
Desta forma, desse modo, que o cotidiano consegue impor novas dimensões temporais para além do linear e progressivo, homogêneo e exterior que sugere repetições e circularidades.

O cotidiano não é um espaço-tempo abandonado; já não é o campo deixado à liberdade e à razão ou à iniciativa individuais; já não é o âmbito da condição humana em que se enfrentam a sua miséria e a sua grandeza; já não é somente um 'setor' e a exploração racional já inventou formas mais sutis. O cotidiano converte-se num objeto a que se dedicam grandes cuidados de organização, espaço-tempo de autorregulação voluntária e planificada. Bem organizado, o cotidiano tende a constituir-se num sistema fechado sobre si mesmo (produção-consumo-produção) [...] Neste sentido, a cotidianidade seria o principal produto da sociedade que se diz organizada, ou de consumo dirigido, assim como o seu cenário (LEFEBVRE, 1983 apud PAIS, 1983, p.55-56).

Como visão geral voltada à cotidianidade, entende-se que a análise da vida cotidiana busca desvendar as normas e regulamentações que norteiam as interações individuais e entender, desta forma, as regras do jogo social que são estabelecidos e, através desse entendimento,

articular caminhos possíveis de realizações e emancipação. Sobre esse conjunto de modelos institucionalizados de cultura normativa e as instituições sociais tomadas como instrumentos de socialização, deve-se considerar, por outro lado, as práticas cotidianas relativamente às quais as estruturas e instituições sociais se reportam. O esquema que se segue na figura 1 ilustra essa dimensão situacional/relacional e, apesar de todos os inconvenientes que as esquematizações implicam, pode nos dar uma ideia geral da concepção multidimensional para a análise das classes na vida cotidiana.

FIG.1 - Instrumentos de socialização da vida cotidiana



Enquanto os níveis estrutural e institucional aparecem como modelos construtivos, isto é, procedentes de certo determinismos teóricos, o nível situacional, em cujo contexto se configuram as práticas cotidianas, pertencem a um domínio observacional. Obviamente que a sociologia da vida cotidiana deve dar uma especial atenção à análise do situacional,

geralmente identificada com os espaços microssociais. Em contrapartida, parece contraproducente supor que as práticas aparecem dissociadas de determinados níveis contextuais (estruturais e institucionais). Como seria igualmente contraproducente vocacionar a vida cotidiana para o estrutural e o institucional, desinteressando-a das situações e práticas diretamente observáveis.

Finalmente, através deste quadro ilustrativo nos é possível identificar os respectivos níveis e grau de conscientização, alienação e emancipação (transformação) existentes e que se manifestam nos grupos e comunidades analisadas em pesquisas de campo.

3. Considerações Finais

As abordagens e contextualizações apresentadas nos permitem inferir que as relações e as desigualdades de classe exigem uma articulação em diversos níveis de análise, desde a mais abstrata a nível societal ou socioestrutural, passando pelo nível organizacional e o interacional. Na perspectiva de estudo em torno das classes sociais evidencia-se que é importante saber combinar as dimensões analíticas e empíricas sobre o objeto em questão, evitando a deriva teoricista e dogmática ou a obsessão acrítica da questão em análise.

Confrontando, num primeiro momento, a teoria da estratificação com a teoria das classes, o que ressalta e distingue de modo forte e contrastante é a polarização entre ambos os modelos e suas respectivas consequências teórico-metodológicas.

Enquanto a teoria da estratificação social assume a diferenciação como um dado inevitável que até contribui para a coesão e integração social, a teoria marxista de classe pressupõe, numa perspectiva histórica e dialética, a contradição de classe que implica luta entre as mesmas num processo de transformação social.

Outro aspecto identificado é que na corrente estrutural-funcionalista, apesar de proclamar o princípio de igualdade de oportunidades, ela não problematiza as desigualdades estruturais, limitando-se quando muito à concepção meritocrática, além de não questionar os critérios de avaliação dos méritos e da atribuição desigual, e não raro injusta, das recompensas e de classificação profissional.

A trajetória social é permeada por sombras, desvios, curvas e obstáculos; desta forma, torna-se importante ver/perceber o quadro inteiro do 'jogo' e o quanto é possível descobrir seus mecanismos geradores das relações que se estabelecem, suas raízes, origens, quem os criou, as razões de suas criações para poder exercê-lo com mais desenvoltura.

Em suma, sem que esta abordagem aqui apresentada e os autores inseridos neste debate tenham conseguido apresentar soluções inteiramente satisfatórias, esse estudo contribui para demarcar com maior clareza as questões-chave dessa discussão. Nesse aspecto, a manutenção destes enfoques diversos torna-se muito mais proveitoso do que qualquer tentativa de forçá-los numa síntese mecânica destinada, conforme transcrito por Wright (1985, p.106), para "[...] retardar, mais do que enriquecer, o desenvolvimento da teoria das classes". Os estudos das classes têm importância e sua análise é ainda, uma ferramenta central para entender fenômenos que permeiam a vida cotidiana e as práticas sociais que se manifestam nesses cenários de concepção multidimensional das classes fragmentadas na vida cotidiana.

4. Referências

- BARTH, F. **Models of social organization**. London, Royal Anthropological Institute, 1969.
- BOURDIEU, P. **Questions de sociologie**. Paris, Editions du Minuit, 1984.
- BURRIS, V. **New Directions in Class Analysis** in E.O. Wright (org.) *The Debate on Classes*. Londres, Verso, 1998.
- COSTA, A.F. **Sociedade de Bairro**. Oeiras, Celta, 1999.
- DURKHEIM, E. **A divisão social do trabalho**. Lisboa, Presença, 1985.
- GUARESCHI, P.A. **Sociologia da prática social**. Petrópolis, Editora Vozes, 1992.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes, 1989.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- LEFEBVRE, H. **La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones**. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1983.
- MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Lisboa, Presença, 1976.
- PAIS, J.M. **Paradigmas sociológicos na análise da vida cotidiana**. Lisboa, Revista Análise Social, vol. XXII, nº1, 1986, pp. 7-51.
- POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo de hoje**, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.
- RODRIGUES, A.D. **Comunicação, conflito e poder**. VI Congresso Português de Sociologia, 25 a 28 de junho de 2008. Disponível: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/es_001.pdf>. Acesso em: 21 de março de 2014.
- SILVA, M. C. **Classes sociais – condições objetivas, identidade e ação coletiva**, Braga, Edições Húmus, 2009.
- TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais**. Lisboa, Livros Horizonte, 1983.
- TUNER, J.C. **Redescubrir el grupo social**. Madrid, Ediciones Morata, S.A., 1990.



WRIGHT, E. O. **Classe, crise e o estado**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

_____ **Classes**. Londres, Verso, 1985.